

# Chile: Do poder destituente à potência constituinte

Via [Jacobin América Latina](#)

Os acontecimentos em torno da instalação da Convenção Constitucional, órgão eleito em 15 e 16 de maio passado para redigir a nova Constituição chilena, são uma boa expressão do processo destituente e constituinte em curso desde outubro de 2019. Eles são expressivos da crise das representações políticas, sociais e culturais pelas quais passam as transformações pelas quais estamos vivendo, marcadas pela irrupção plebeia em espaços até então reservados para aqueles que podem e geralmente fazem da representação um local para sua própria reprodução material e simbólica. É neste terreno que uma das batalhas relevantes para o futuro do neoliberalismo na América Latina está sendo travada hoje.

E o fato é que mesmo quando às vezes parece que o poder instituído conseguiu controlar o processo e conduzi-lo a partir de seus interesses (aparência derivada de suas capacidades, até agora monopolistas, de representação eleitoral, institucional e midiática), a potência constituinte não deixou de disputar a iniciativa política em nenhum momento. Por meio de medidas carregadas de alta intensidade popular, a ofensiva do processo foi assumida e ratificada repetidas vezes: primeiro na pressão para ampliar as estruturas do acordo político de 15 de novembro de 2019 e incluir a paridade de gênero, as cadeiras reservadas aos povos nativos e a participação dos independentes em condições de igualdade com as dos partidos políticos (tudo isso torna o processo chileno único em seu gênero). Em seguida, nos surpreendentes 80% do “Apruebo”. Mais tarde, na eleição de um número muito alto de membros da convenção a partir de listas independentes; e agora na instalação e nas definições do funcionamento da convenção.

Após uma manhã de domingo na qual diversas manifestações seculares e espirituais deram origem a várias marchas maciças, milhares acompanharam nossos delegados da convenção às portas do local designado para a instalação da Convenção, no antigo Congresso Nacional, a poucos passos da Praça de Armas em Santiago. Grande parte do país acompanhou as transmissões televisivas ao vivo, onde imagens da repressão policial aos manifestantes e delegados da convenção foram sobrepostas a outras que pareciam obcecadas pelos protocolos oficiais, até que a pressão de alguns delegados da convenção, tanto na rua como na condução da atividade, conseguiu a suspensão momentânea da mesma.

Esta entrada marcou um importante ponto simbólico que se repetiria no dia que começava por volta do meio-dia. Desde então, vimos a direita procurando representar sua própria ruína (um pouco como a forma como defenderam a estátua do General Baquedano na Plaza Dignidad). Com a obstinação daqueles que entendem que suas batalhas decisivas são travadas em outras frentes, a direita deu uma imagem compacta, mas reduzida (23% da Convenção), e mostrou uma atitude que oscila entre uma rejeição natural do poder constituinte emergente e uma participação distante no mesmo, tendo sempre o cuidado de não deixar de representar em nenhum momento a monumentalidade neoliberal que está agora em ruínas.

E foi essa mesma lógica monumental que foi abalada (ousou dizer, para todos os espectadores do momento) com a eleição de Elisa Loncón Antileo para a presidência da Convenção. Acompanhada por Machi Francisca Linconao (uma líder espiritual mapuche que foi vítima do próprio Estado que ela agora tenta transformar), Elisa Loncón ofereceu as primeiras palavras oficiais do poder constituinte em Mapuzungún (“Feley, mari mari pu lamngen! mari mari kom pu che! mari mari mari chile mapu!...”). Um discurso emocional, dominado pela promessa fundadora de “uma forma de ser plural, democrática, participativa” e que sob este imaginário reuniu vários setores

excluídos até hoje, tais como mulheres, povos indígenas, diversidades sexuais, cuidadores e crianças. A ausência do povo afro-descendente nestas contas ainda é notória.

A memória da greve de fome de Machi Linconao após sua prisão arbitrária e a negação de seus direitos como autoridade espiritual mapuche ainda está fresca na memória do país. A recusa sistemática do Estado chileno em reconhecer os direitos humanos, culturais e territoriais das nações nativas significa que a presença de Linconao oferece continuidade ao compromisso de longa data de um setor do mundo mapuche de participar dos espaços políticos solicitados pelo Estado chileno. Sua presença como guia espiritual do presidente da Convenção, agitando um ramo de canela, deu dignidade à instalação do corpo constituinte, mas de um lugar que claramente desestabiliza os imaginários do chileno.

A irrupção plebéia desestabiliza os imaginários e sentidos comuns do republicanismo, como o de começar tudo com o Hino Nacional. Estes mundos também provocaram importantes mutações nas formas de representação política e em seus meios de articulação. Assim, enquanto a direita procura projetar uma posição de trincheira e a antiga Concertação dilui suas poucas convencionais entre os mais moderados convencionais, um novo centro político começa a tomar forma com a aliança entre o mundo que gira em torno do Partido Socialista e a Frente Ampla, colocando este último bloco, juntamente com o Partido Comunista, como dobradiças para a articulação de maiorias em questões-chave.

Por sua vez, mesmo sem ser um bloco homogêneo, a esquerda independente tem se proposto e exercitado para deixar de reproduzir a tradicional distância entre representantes e representados, abrindo possibilidades reais de democracia participativa no processo, a fim de transformar a Convenção em uma verdadeira Assembleia Constituinte. Em particular, os membros da Convenção da Lista Popular, os povos nativos não-mapuche e outros independentes regionais não operaram a partir

da realpolitik habitual, propondo ao invés disso uma harmonia popular baseada em laços históricos e emocionais: um pathos plebeu, amorfo e persistente (como o próprio ciclo do qual emerge) que coloca os conceitos de solidariedade e territorialidade no centro. Este setor, portanto, apoiou a candidatura à vice-presidência da Convenção até o final, sem negociação com nenhum setor do poder instituído.

Nem o mundo independente nem os povos nativos são setores completamente alinhados; e embora os constituintes mapuches tenham alcançado uma coesão importante (embora não unânime) para propor a presidência de Loncón, as primeiras nações do norte do Chile mostraram autonomia em suas posições e articulações. É de se esperar que a ausência simbólica e material do povo afro-descendente tenha um impacto maior sobre eles do que o que tem sido visto até agora.

Como corolário, a presença constante e retumbante da exigência de libertar os presos políticos da revolta e do Wallmapu acompanhou a demonstração de boa parte dos membros da Convenção para garantir condições de justiça e reparação pelas violações dos direitos humanos pelo Estado chileno, um aspecto inevitável para que o processo constituinte seja dotado de legitimidade.

As primeiras horas da instalação da Convenção Constitucional mostraram mais uma vez que o poder destituente foi além dos canais oficiais e das dinâmicas inerciais, endogâmicas, elitárias e elitistas de exercício da soberania. Em seu poder soberano, talvez reflita ou refute as estruturas materiais que sustentam nossas representações habituais de poder, a “nação”, a “família”, o “desenvolvimento”, as comunidades e a coexistência. Entre as muitas batalhas anti-neoliberais que estão sendo travadas em nossa América, o poder plebeu conseguiu irromper de forma constante e com iniciativa autônoma no processo chileno, quebrando assim as firmes bases do sistema político que serviu de apoio ao regime neoliberal até ontem.